

MULHERES DOCENTES NAS CIÊNCIAS EXATAS: violências estruturais e narrativas de assédio no ensino superior

*Debora Marques Santos
Manuella Carrijo*

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender, a partir da perspectiva da interseccionalidade, como as trajetórias acadêmicas e profissionais de mulheres docentes vinculadas a cursos de Ciências Exatas — licenciatura e bacharelado — da Universidade Federal de Alfenas e da Universidade Federal de Itajubá, localizadas no Sul do estado de Minas Gerais, Brasil, são atravessadas por diferentes formas de violência estrutural. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida por meio de questionário *on-line* semiestruturado, composto por 48 questões e respondido por 35 docentes. Como referenciais teórico-analíticos, utilizaram-se o conceito de interseccionalidade e as contribuições da Análise Crítica do Discurso, de modo a examinar como relações de gênero, raça e classe atravessam as experiências narradas. Os resultados indicam que 65,71% das participantes relataram ter vivenciado assédio moral e 17,14% assédio sexual em algum momento de suas trajetórias acadêmicas e científicas. As narrativas também evidenciam a fragilidade do apoio institucional, tanto no que se refere a ações preventivas quanto à existência de canais efetivos de acolhimento, denúncia e responsabilização. Conclui-se que tais experiências não configuram episódios isolados, mas expressam dinâmicas estruturais de um campo historicamente masculinizado, no qual as violências contribuem para a produção e reprodução de desigualdades nas Ciências Exatas e no ensino superior.

Palavras-chave: mulheres docentes; ciências exatas; violência estrutural; interseccionalidade; assédio moral.

WOMEN FACULTY MEMBERS IN STEM FIELDS: structural violence and harassment narratives in higher education

Abstract

This paper aims to understand, from an intersectional perspective, how the academic and professional trajectories of women faculty members in Exact Sciences programs — understood here as part of the broader STEM field — at the Federal University of Alfenas and the Federal University of Itajubá, located in the southern region of the state of Minas Gerais, Brazil, are shaped by different forms of structural violence. This qualitative study was conducted through an online semi-structured questionnaire composed of 48 questions and answered by 35 faculty members. As theoretical and analytical frameworks, the study draws on the concept of intersectionality and contributions from Critical Discourse Analysis in order to examine how gender, race, and class relations intersect in the reported experiences. The results indicate that 65.71% of the participants reported having experienced workplace harassment and 17.14% sexual harassment at some point in their academic and scientific trajectories. The narratives also reveal the fragility of institutional support, both regarding preventive actions and the existence of effective channels for support, reporting, and accountability. The article concludes that these experiences are not isolated episodes, but rather expressions of structural dynamics within a historically masculinized field, in which violence contributes to the production and reproduction of inequalities in Exact Sciences/STEM and in higher education.

Keywords: women faculty members; STEM fields; structural violence; intersectionality; workplace harassment.

MUJERES DOCENTES EM LAS CIENCIAS EXACTAS: violencias estructurales y narrativas de acoso em la educación superior

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender, desde una perspectiva interseccional, cómo las trayectorias académicas y profesionales de mujeres docentes vinculadas a programas de Ciencias Exactas — entendidas aquí como parte del campo más amplio de las áreas STEM — en la Universidad Federal de Alfenas y en la Universidad Federal de Itajubá, ubicadas en el sur del estado de Minas Gerais, Brasil, están atravesadas por diferentes formas de violencia estructural. La investigación, de enfoque cualitativo, se desarrolló mediante un cuestionario en línea semiestructurado, compuesto por 48 preguntas y respondido por 35 docentes. Como marcos teórico-analíticos, se utilizaron el concepto de interseccionalidad y los aportes del Análisis Crítico del Discurso, con el fin de examinar cómo las relaciones de género, raza y clase atraviesan las experiencias relatadas. Los resultados indican que el 65,71% de las participantes manifestó haber vivido acoso laboral y el 17,14% acoso sexual en algún momento de sus trayectorias académicas y científicas. Las narrativas también evidencian la fragilidad del apoyo institucional, tanto en lo que respecta a acciones preventivas como a la existencia de canales efectivos de acogida, denuncia y responsabilización. Se concluye que estas experiencias no constituyen episodios aislados, sino expresiones de dinámicas estructurales de un campo históricamente masculinizado, en el cual las violencias contribuyen a la producción y reproducción de desigualdades en las áreas STEM y en la educación superior.

Palabras clave: mujeres docentes; áreas STEM; violencia estructural; interseccionalidad; acoso laboral.

MULHERES, DOCÊNCIA E CIÊNCIAS EXATAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

[...] Precisei que o feminismo me desse uma base de igualdade e justiça em que eu pudesse me erguer [...].
(bell hooks, 2025, p. 15)

De início, faz-se necessário compreender o processo histórico da feminização do magistério e da inserção das mulheres nas ciências exatas, evidenciando como relações de poder produziram desigualdades de acesso, reconhecimento e permanência na carreira científica. Essa contextualização fundamenta a análise das violências estruturais discutidas neste artigo.

A feminização do magistério constituiu um processo histórico ambivalente. Ao mesmo tempo em que ampliou o acesso das mulheres ao trabalho docente, também associou essa profissão ao cuidado, à vocação e à maternidade, contribuindo para sua desvalorização social e salarial (Bruschini; Amado, 1998).

Nessa mesma direção, Costa (2006) relata que o processo de ensino e aprendizagem ocorre por meio da socialização e do contexto histórico-social, pois a ideologia sobre a educação será pautada com base em qual conteúdo e para quem deve ser ensinado, estando presente, mesmo que de forma oculta, no ensino. Para a autora, a presença do patriarcado, em que o homem historicamente detém o acesso privilegiado à educação, contribui para que ele seja muitas vezes considerado, erroneamente, o detentor dos saberes científicos. Nesse contexto, as mulheres ocupam um papel secundário, sendo destinadas a aprender conteúdos tidos como “femininos”, por exemplo, as atividades domésticas e a maternidade. Assim, embora a presença feminina tenha aumentado ao longo do século XX, diferentes níveis educacionais mantiveram formas específicas de segregação de gênero, que se veem intensificadas nas ciências exatas, nas quais mecanismos de pertencimento e reconhecimento permanecem historicamente masculinizados.

Um dos estudos que fundamentam este artigo examina a distribuição de gênero e a localização geográfica dos membros da Academia Brasileira de Ciências. Os resultados indicam que

cerca de 80% dos integrantes concentram-se na região Sudeste, que as mulheres representam aproximadamente 25% nos campos mais representativos, e que há falta de fomento de forma igualitária em relação aos seus pares homens no mesmo nível de formação (Ferrari *et al.*, 2018). Outro estudo, realizado por Gaudêncio e Quirino (2021), analisa as implicações do efeito tesoura para a participação feminina em pesquisas nas áreas de matemática, discutindo como as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho dificultam a permanência e a ascensão na carreira acadêmica.

Além disso, segundo Boffi e Oliveira Silva (2021), o fenômeno da baixa participação feminina em carreiras das ciências exatas, quando comparada à dos homens, também pode ser compreendido à luz do efeito tesoura. Esse conceito evidencia que, à medida que ocorre a progressão na carreira e o acesso a cargos de liderança, as mulheres não acompanham, na mesma proporção, a ocupação desses espaços pelos homens.

É importante ressaltar, inicialmente, que, embora o assédio moral e o assédio sexual sejam formas de violência no ambiente acadêmico, há distinções conceituais entre ambos. O assédio moral manifesta-se por meio de comportamentos repetitivos que visam humilhar, intimidar ou desestabilizar psicologicamente a vítima, comprometendo sua dignidade no contexto educacional e de trabalho (Freitas; Heloani; Barreto, 2008). Já o assédio sexual caracteriza-se pela imposição de condutas de natureza sexual não consentidas, que criam um ambiente hostil, constrangedor e de medo para a vítima. Dessa forma, ambos os tipos de assédio configuram infrações graves que exigem resposta jurídica e institucional para sua prevenção e erradicação.

Com base nos pressupostos apresentados, observamos que a presença feminina nas ciências exatas é marcada por violências estruturais, compreendidas como violências perpetuadas pelas estruturas sociais, instituições e organizações, resultando em desigualdades dirigidas a diversos grupos sociais. Essas violências envolvem forças culturais, sociais, históricas, políticas e econômicas, como o racismo, o sexismo e o capacitismo, entre outras formas de opressão (Brasil, 2025).

Ao focalizar mulheres docentes nas ciências exatas, este estudo parte do pressuposto de que as experiências de violência não podem ser compreendidas apenas pelo marcador de gênero. Inspiradas na perspectiva interseccional, compreendemos que raça, maternidade, geração, origem regional e posição institucional não atuam de forma isolada, mas produzem diferentes formas de inserção, reconhecimento e vulnerabilidade na carreira científica. É importante ressaltar que tais marcadores não são utilizados como categorias descritivas das participantes, mas como ferramentas analíticas para compreender como distintas relações de poder atravessam as narrativas apresentadas neste trabalho.

Este artigo¹ tem como objetivo compreender, por meio de uma abordagem interseccional, de que maneira as trajetórias formativas e profissionais de mulheres docentes nas ciências exatas são atravessadas por práticas de assédio moral e sexual, compreendidas como expressões de violências estruturais que operam na universidade por meio da deslegitimação intelectual, do abuso hierárquico, da sexualização dos corpos e do silenciamento institucional.

O público desta pesquisa foi constituído por 35 mulheres docentes com formação e atuação nas ciências exatas, em cursos de licenciatura e bacharelado, na Universidade Federal de Alfenas e na Universidade Federal de Itajubá, e o artigo com as considerações desta investigação organiza-se em quatro seções. Após esta contextualização histórica, discutimos a interseccionalidade e a

¹ Este artigo apresenta um recorte da pesquisa de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na área de Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias da Universidade Federal de Alfenas, escrita pela primeira autora e orientada pela segunda autora.

decolonialidade como referenciais analíticos; em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos; por fim, analisamos as narrativas produzidas pelas participantes sobre assédio moral, assédio sexual, silenciamento institucional e estratégias de resistência.

Ao compreender o assédio moral e o assédio sexual como expressões de violências estruturais, deslocamos a análise de episódios individuais para processos institucionais que produzem desigualdades persistentes na carreira científica. Nessa perspectiva, interessa menos identificar acontecimentos isolados e mais compreender como diferentes relações de poder atravessam as experiências das docentes, produzindo condições desiguais de pertencimento, reconhecimento e permanência nas ciências exatas.

INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE E VIOLÊNCIAS ESTRUTURAIS NO ENSINO SUPERIOR

As violências narradas pelas participantes são compreendidas como expressões de estruturas históricas e institucionais que organizam relações de poder no ensino superior. Nesse sentido, a interseccionalidade e a decolonialidade constituem os referenciais analíticos deste estudo, permitindo compreender como diferentes marcadores sociais produzem experiências distintas entre mulheres docentes nas ciências exatas.

Ademais, a interseccionalidade não é utilizada para descrever características das participantes nem para acumular marcadores sociais. Conforme Collins e Bilge (2021), trata-se de uma perspectiva analítica que permite compreender como gênero, raça, maternidade, geração, origem regional e posição institucional se constituem mutuamente e produzem formas específicas de reconhecimento, pertencimento, exclusão e violência. Assim, a universidade é compreendida como um espaço em que relações de poder operam por mecanismos explícitos e sutis de hierarquização (Carneiro, 2011; Butler, 2018; Cunha; Santos, 2025).

Gênero, Raça, Decolonialidade e Neutralidade das Ciências Exatas

As instituições de ensino superior e as práticas sociais fabricam sujeitos, lugares e possibilidades de existência para além das expressas relações de gênero. Assim, o conceito de gênero atua como ferramenta política e cultural que constitui a formação dos sujeitos; desse modo, “[...] a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o [...]” (Louro, 1997, p. 8).

Partimos da compreensão de que gênero e raça não constituem categorias independentes que posteriormente se articulam. Conforme Gomes (2018), a colonialidade produziu simultaneamente classificações raciais e de gênero, universalizando determinados modelos de feminilidade e masculinidade. Nessa direção, a autora argumenta que gênero é informado pela raça, ao mesmo tempo em que raça é informada pelo gênero, o que desloca a análise de categorias fixas para processos históricos de produção das desigualdades.

Essa compreensão dialoga com Butler (2018), para quem o gênero constitui uma construção social regulada por normas culturais, e com Louro (1997), ao compreender que essas normas participam da constituição dos sujeitos e das possibilidades de existência. Assim, interessa analisar não apenas quem ocupa determinados espaços acadêmicos, mas quais sujeitos são reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento científico e quais permanecem continuamente convocados a justificar sua presença.

Além disso, as ciências exatas, contexto específico abordado neste trabalho, foram historicamente constituídas como espaços associados à racionalidade e à neutralidade científica

(Oliveira; Silva; Neto, 2025). Entretanto, essa neutralidade pode ser compreendida como um discurso que invisibiliza relações de poder e hierarquias historicamente produzidas, restringindo quem é reconhecido como sujeito legítimo da produção científica (Ribeiro; Vieira, 2023).

Sob uma perspectiva decolonial, a produção do conhecimento é atravessada por relações de raça, gênero, território e colonialidade do saber (Abreu; Almeida; Pereira, 2023). Assim, questionar a neutralidade das ciências exatas significa problematizar os processos históricos que definiram quem poderia produzir ciência, ensinar e ocupar posições de autoridade nas universidades. Essa compreensão orienta a análise das narrativas apresentadas neste artigo, permitindo interpretar os episódios de assédio como manifestações de violências estruturais.

PERCURSOS METODOLÓGICOS E PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório (Gil, 2002), orientada pela perspectiva interseccional (Collins; Bilge, 2021). A interseccionalidade foi utilizada como princípio analítico para interpretar como gênero, raça, maternidade, geração e posição institucional atravessam as narrativas das participantes, compreendendo esses marcadores como relações sociais que produzem diferentes experiências de violência e reconhecimento na carreira científica.

A produção dos dados ocorreu em duas etapas. Inicialmente, foi elaborado um banco de dados com informações públicas disponíveis nos sites institucionais e na Plataforma Lattes. Após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 61166322.1.0000.5142), aplicou-se um questionário on-line semiestruturado, composto por 48 questões abertas e fechadas, organizadas em quatro blocos: (i) perfil sociodemográfico e trajetória acadêmica; (ii) experiências profissionais; (iii) assédio moral e sexual; e (iv) políticas institucionais de enfrentamento às violências de gênero.

Entre as questões analisadas, destacam-se: “Você já sofreu assédio moral ou sexual de alguém hierarquicamente superior?”; “Gostaria de relatar o ocorrido?”; e “Como avalia as ações institucionais de enfrentamento a essas violências?”. Essas questões orientaram a construção dos eixos analíticos.

Após cada narrativa, apresentamos, sempre que pertinente, informações sobre raça, faixa etária, maternidade e estado de origem. Esses marcadores são utilizados como elementos analíticos da perspectiva interseccional, e não apenas para caracterizar a amostra. As participantes foram identificadas pela letra P, seguida do número do questionário (P1, P2...), preservando seu anonimato. As narrativas foram mantidas em sua forma original, realizando-se apenas adequações ortográficas quando necessárias.

A leitura das narrativas baseou-se na Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001a, 2001b, 2003), articulada à perspectiva interseccional, buscando compreender como diferentes formas de violência são produzidas discursivamente e atravessadas por relações de gênero, raça, geração, maternidade e posição institucional.

A análise foi organizada em cinco eixos interpretativos: perfil interseccional, assédio moral, assédio sexual, silenciamento institucional e estratégias de resistência. Embora apresentados separadamente, esses eixos permanecem articulados pela perspectiva interseccional, que orienta toda a interpretação das narrativas.

O perfil sociodemográfico, discutido em publicação anterior, é retomado apenas quando contribui para interpretar as experiências de assédio, silenciamento e resistência, evitando seu uso como mera caracterização da amostra.

NARRATIVAS DE MULHERES DOCENTES NAS CIÊNCIAS EXATAS: VIOLÊNCIAS, SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIA

Nesta seção, analisamos as narrativas de 35 docentes sobre assédio moral, assédio sexual, silenciamento institucional e estratégias de resistência. Os resultados foram organizados em cinco eixos analíticos que evidenciam como a universidade produz e regula pertencimentos, reconhecimentos e exclusões, compreendendo as narrativas como fontes de denúncia e memória da docência feminina nas ciências exatas.

Perfil Interseccional das Participantes

Apresentamos alguns marcadores sociais das participantes não como caracterização da amostra, mas como elementos analíticos para compreender as diferentes formas de violência discutidas nas seções seguintes.

Entre as participantes, 83% se autodeclararam brancas, evidenciando a reduzida diversidade racial entre as docentes das ciências exatas nas instituições investigadas, aspecto retomado na análise das narrativas. A predominância de docentes oriundas da região Sudeste acompanha a concentração histórica de universidades e investimentos científicos na região (Ferrari *et al.*, 2018).

Entre as 20 participantes que declararam possuir filhos, a maioria relatou ter adiado a maternidade até a conclusão do doutorado. Esse dado indica que a maternidade não representa apenas uma condição familiar, mas um marcador que reorganiza tempos, expectativas e possibilidades de permanência na carreira científica. Nessa perspectiva, a postergação da maternidade evidencia como a universidade continua estruturada a partir de modelos de produtividade pouco compatíveis com as responsabilidades historicamente atribuídas às mulheres.

As participantes possuem formação em diferentes áreas das ciências exatas, com predominância das engenharias (40%), seguidas por Química (22%), Matemática (17,1%), Sistemas de Informação (8,6%), Ciência da Computação (5,7%) e Física (5,7%). Essa distribuição demonstra que as experiências analisadas não se restringem a um único campo disciplinar, indicando que as narrativas de assédio atravessam diferentes culturas acadêmicas das ciências exatas.

Os marcadores apresentados não exemplificam isoladamente as experiências das participantes, mas orientam sua interpretação interseccional. Ao longo das próximas seções, raça, geração, maternidade e posição institucional serão retomadas sempre que contribuírem para compreender diferentes formas de assédio, silenciamento e resistência.

Assédio Moral e Deslegitimação da Autoridade Docente Feminina

Neste eixo, analisamos o assédio moral como mecanismo de deslegitimação da autoridade docente feminina nas ciências exatas. Sob uma perspectiva interseccional, compreendemos que essas experiências são atravessadas por marcadores como raça, maternidade, geração e posição institucional, produzindo formas distintas de vulnerabilidade e resistência.

Das 35 participantes, 23 (65,7%) relataram ter sofrido assédio moral por pessoas hierarquicamente superiores. A seguir, apresentamos algumas narrativas representativas dessas experiências:

P26: Atribuição de carga horária em horário ruim, sem levar em conta a exposição dos meus problemas.
[Branca/41-55 anos/Mãe/Minas Gerais]

P33: Sobrecarga de tempo em sala de aula, enquanto os demais colegas

davam o mínimo de aula. Difamação da chefia (a famosa "conversa pelo corredor").

[Branca/41-55 anos/Mãe/Minas Gerais]

P31: Assinar documentos que não correspondiam à minha realidade em termos de excesso de carga horária.

[Preta/41-55 anos/Sem filhos/Minas Gerais]

P32: Quando aconteceu era uma ameaça velada relacionada ao estágio probatório. Sempre enfrentei de acordo, expondo essas situações.

[Branca/41-55 anos/Mãe/Minas Gerais]

P20: Assédio moral, na situação que destaquei que seria por ter uma orientação política declarada como de esquerda progressista.

[Branca/41-55 anos/Mãe/Minas Gerais]

P34: A pessoa (homem) que ocupava o cargo superior subestimou a minha competência profissional e em outros casos escutei homens menosprezando o profissionalismo de mulheres em cargos de gestão.

[Branca/41-55 anos/Mãe/Rio Grande do Sul]

As narrativas evidenciam que o assédio moral se manifesta por meio da sobrecarga de trabalho, da intimidação administrativa, da difamação e da deslegitimação intelectual, configurando mecanismos institucionais que reproduzem desigualdades de gênero em espaços historicamente masculinizados. Nos relatos de P26 e P33, a maternidade amplia a vulnerabilidade diante de modelos de produtividade incompatíveis com a divisão sexual do trabalho. Já a narrativa de P31 sugere que gênero e raça podem produzir formas específicas de vigilância institucional em contextos marcados pela predominância da branquitude, embora este estudo não permita estabelecer relações causais.

P21: Um professor durante a graduação, [...] fazia terror psicológico com a maior parte dos alunos, mas tinha uma certa implicância a mais comigo, ao ponto de se recusar a tirar dúvidas de exercícios e me dar nota errada na prova. Me humilhou uma vez [...] em frente a um grupo de pessoas.

[Parda/26-30 anos/Sem filhos/Rio Grande do Sul]

P24: Meu orientador de doutorado disse uma vez que minha inteligência iria reduzir e que eu era lerda.

[Branca/41-55 anos/Mãe/São Paulo]

P25: Em banca de TCC, o orientador criticou publicamente os comentários que fiz sobre o trabalho do seu orientando, em que propunha melhorias na dissertação do texto. Em outra situação, o mesmo professor solicitou serviços de estágio para ajudá-lo em seu relatório, como produção de desenhos.

[Branca/41-55 anos/Mãe/Minas Gerais]

P26: Na formação em nível de graduação, eram constantes os ataques de professores da área de exatas que julgavam inoportunas as perguntas que eu fazia e que, muitas vezes, questionavam que, se não sabíamos tal conceito ou procedimento, não deveríamos estar ali [...].

[Branca/41-55 anos/Mãe/Paraná]

P28: Meu antigo chefe (já falecido) era muito autoritário, grosso e sem educação, não só comigo, mas com todas as pessoas. Isso acabava impactando o clima dentro da instituição e mexia com meu psicológico, me fazendo não querer mais trabalhar nessa área, não ficar mais na instituição.

[Branca/31-35 anos/Sem filhos/Paraná]

Os relatos mostram que o assédio moral assume configurações distintas ao longo da trajetória acadêmica. Enquanto estudantes relatam humilhações públicas e desqualificação intelectual, docentes enfrentam formas institucionalizadas de violência, como sobrecarga administrativa e questionamento permanente de sua competência. A narrativa de P21 evidencia, ainda, que geração, raça e posição acadêmica podem ampliar essas experiências de vulnerabilidade.

Por sua vez, os relatos de P24 e P25 revelam a naturalização da desvalorização intelectual de mulheres durante a formação e a carreira docente, frequentemente acompanhada da atribuição de tarefas técnicas de suporte, reforçando a divisão entre quem produz conhecimento e quem apenas o executa. A narrativa de P26 evidencia que o não pertencimento constitui mecanismo estrutural de exclusão nas ciências exatas. A necessidade permanente de justificar a própria presença produz fronteiras simbólicas entre aqueles reconhecidos como sujeitos legítimos da ciência e aqueles cuja permanência permanece sob suspeita.

Em conjunto, as narrativas demonstram que o assédio moral assume formas distintas conforme a posição social das participantes, evidenciando que gênero, raça, maternidade, geração e posição institucional reorganizam experiências de reconhecimento, pertencimento e permanência na universidade.

Assédio Sexual e Abuso Hierárquico nas Trajetórias Formativas e Profissionais

Neste eixo, analisamos o assédio sexual como expressão das relações de poder presentes na universidade. Sob uma perspectiva interseccional, buscamos compreender como geração, maternidade, vínculo institucional e posição hierárquica produzem diferentes formas de vulnerabilidade e de enfrentamento dessa violência.

Das 35 participantes, seis (17,1%) relataram ter sofrido assédio sexual por pessoas hierarquicamente superiores; duas preferiram não responder, e as demais negaram essa experiência. Embora menos frequente que o assédio moral, o assédio sexual revela formas particularmente graves de violência institucional por envolver relações de dependência acadêmica e profissional.

Para compreender essas experiências, solicitamos que as participantes descrevessem os episódios vivenciados. Alguns relatos são apresentados a seguir:

P1: Um professor em situação institucional me perguntou na frente de todo o departamento se eu conhecia o Kama Sutra² quando eu expressei que não conhecia determinada literatura que estava sendo discutida entre eles [...].

[Branca/41-55 anos/Sem filhos/São Paulo]

² O Kama Sutra é um antigo texto indiano, escrito entre os séculos III e V d.C., que aborda a vida amorosa e erótica da sociedade hindu. No entanto, é uma obra popularmente conhecida e utilizada de forma pejorativa como um “manual de posições sexuais”.

P9: Professores que faziam piadas machistas ou vinham abraçando de maneira dúbia e inconveniente.

[Branca/41-55 anos/Sem filhos/São Paulo]

P22: Oferecer benefícios, remuneração e até mesmo ser sustentada.

[Branca/41-55 anos/Mãe/São Paulo]

P33: Quando era aluna de mestrado [...], um professor me deu carona e passou a mão na minha perna.

[Branca/41-55 anos/Mãe/Minas Gerais]

P28: Meu professor de graduação jogou o jogo da conquista comigo quando ainda tinha meus 18 anos. [...] Ao final da graduação, ele se casou com outra. Nesse tempo todo ele tinha uma noiva e me enganou.

[Branca/31-35 anos/Sem filhos/Minas Gerais]

P35: Insistência para que as reuniões e conversas fossem sempre entre mim e a pessoa em questão e fossem sempre na sala dele (fui aconselhada por uma amiga: “paga logo o pedágio, que ele te deixa em paz...”). A partir do momento que me recusei a fazer reuniões com ele, fui afastada de um programa de PG, de professora permanente para colaboradora. Pedi para sair e hoje faço parte de outro programa de PG.

[Branca/41-55 anos/Mãe/São Paulo]

As narrativas evidenciam diferentes formas de assédio sexual, que vão desde comentários e piadas sexualizadas até contatos físicos sem consentimento, propostas de favorecimento e retaliações institucionais. Embora distintas em intensidade, compartilham um elemento comum: o uso da posição hierárquica como mecanismo de controle sobre os corpos femininos e sobre a permanência das mulheres na carreira acadêmica.

O relato de P35 ilustra esse processo de forma contundente. A recusa em aceitar encontros privados resultou em retaliações que culminaram em seu afastamento de um programa de pós-graduação, evidenciando que o assédio ultrapassa a dimensão interpessoal e pode constituir mecanismo institucional de exclusão. O aconselhamento recebido (“paga logo o pedágio”) revela, ainda, a naturalização dessas práticas no ambiente acadêmico.

O episódio relatado por P1 evidencia outra forma de violência: a sexualização pública da docente como estratégia de deslegitimação intelectual. Ao deslocar sua condição de pesquisadora para objeto de insinuação sexual, o episódio reforça fronteiras simbólicas de pertencimento masculino nas ciências exatas, resultado semelhante ao identificado por Yang e Carroll (2018), que discutem microagressões associadas à objetificação sexual e ao silenciamento de mulheres na ciência.

As narrativas sugerem que juventude, maternidade, estado civil e posição hierárquica reorganizam as formas pelas quais determinadas docentes experimentam o assédio sexual. A trajetória de P28 evidencia que a condição de jovem estudante amplia a vulnerabilidade diante da autoridade docente, comprometendo a liberdade do consentimento em razão da assimetria institucional, conforme reconhece o art. 216-A do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940). Nessas situações, o assédio sexual não decorre apenas do comportamento individual do agressor, mas da utilização da autoridade acadêmica como instrumento de coerção e controle sobre a trajetória das estudantes e das docentes. A posição hierárquica do docente produz uma assimetria de poder que

compromete a liberdade de escolha da estudante, tornando inadequado interpretar essas situações como relações consentidas entre indivíduos em condições equivalentes.

Nesta seção, predominam narrativas de docentes autodeclaradas brancas, o que limita interpretações sobre a articulação entre raça e assédio sexual e indica a necessidade de novas investigações. Ainda assim, sob uma perspectiva interseccional, os episódios analisados evidenciam que o assédio sexual assume configurações distintas conforme a posição ocupada pelas participantes na estrutura universitária. Juventude, vínculo institucional, maternidade, estágio da carreira e relações hierárquicas reorganizam continuamente as formas pelas quais essa violência é vivida, denunciada ou silenciada.

Silenciamento Institucional e Resistência Docente

As narrativas evidenciam que o assédio moral e o assédio sexual persistem não apenas em razão das ações individuais dos agressores, mas também pela fragilidade das respostas institucionais voltadas à prevenção, ao acolhimento e à responsabilização dessas violências. Nessa perspectiva, o silenciamento institucional constitui mecanismo ativo de reprodução das desigualdades, pois desloca para as vítimas a responsabilidade pela denúncia e pelo enfrentamento (Almeida, 2020).

Os resultados dialogam com pesquisas recentes que apontam a ampliação de mecanismos institucionais de enfrentamento às violências de gênero nas universidades, como protocolos, cartilhas, grupos de trabalho, ouvidorias e canais formais de denúncia, além de políticas nacionais, como a Lei nº 14.540/2023 (Brasil, 2023) e a Portaria CAPES nº 45/2026 (Brasil, 2026). Embora representem avanços importantes, as narrativas indicam que sua implementação ainda é insuficiente para garantir acolhimento, prevenção e responsabilização efetivos. Essa percepção é reforçada pelo fato de quase metade das participantes relatar nunca ter participado de ações institucionais de sensibilização, evidenciando que iniciativas dessa natureza permanecem pontuais e dependentes do engajamento individual de docentes ou de grupos de pesquisa.

Apesar desse cenário, as participantes constroem diferentes estratégias de permanência e resistência. A fala de P32 demonstra que a denúncia pública constitui uma forma de romper a naturalização do assédio, enquanto a trajetória de P35 evidencia que permanecer na carreira pode significar reconstruir percursos acadêmicos em outras instituições diante de processos de retaliação.

As experiências narradas pelas participantes evidenciam que permanecer na universidade constitui, em muitos casos, um processo contínuo de negociação, enfrentamento e resistência. Sob uma perspectiva interseccional, resistir não significa apenas denunciar episódios de violência, mas construir estratégias cotidianas de permanência em espaços historicamente organizados por desigualdades de gênero, raça e poder.

As estratégias identificadas não correspondem a atos individuais ou heroicos, mas a práticas cotidianas produzidas em contextos marcados por profundas assimetrias institucionais. Permanecer, denunciar, construir redes de apoio e narrar as próprias experiências constituem formas de disputar reconhecimento e romper processos históricos de silenciamento. Nesse sentido, as narrativas assumem dupla função: denunciam violências historicamente naturalizadas e produzem memória coletiva sobre a experiência de mulheres docentes nas ciências exatas, reforçando a necessidade de políticas institucionais permanentes que assumam o enfrentamento dessas desigualdades como responsabilidade da própria universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender, a partir de uma perspectiva interseccional, como mulheres docentes das ciências exatas experienciam diferentes formas de assédio moral e sexual ao longo de suas trajetórias acadêmicas e profissionais. As narrativas analisadas evidenciam que tais experiências não constituem episódios isolados, mas expressões de violências estruturais produzidas e reproduzidas pelas próprias instituições universitárias.

A principal contribuição deste estudo consiste em demonstrar que a interseccionalidade ultrapassa a caracterização sociodemográfica das participantes e permite compreender como diferentes relações de poder reorganizam as experiências de violência no espaço universitário. Ao considerar conjuntamente gênero, raça, geração, maternidade e posição institucional, foi possível evidenciar que o assédio não é vivido de forma homogênea entre as docentes, assumindo configurações distintas conforme as posições sociais ocupadas pelas participantes.

Os resultados também dialogam com o contexto recente de fortalecimento das políticas de enfrentamento às violências de gênero nas universidades brasileiras. A promulgação da Lei nº 14.540/2023, a publicação da Portaria CAPES nº 45/2026 e a ampliação de protocolos institucionais representam avanços importantes no reconhecimento dessas violências. Entretanto, as narrativas das participantes indicam que a existência de normas e instrumentos formais ainda não tem sido suficiente para garantir acolhimento, responsabilização e prevenção efetivos nas instituições investigadas.

Mais do que denunciar episódios individuais de assédio, este artigo evidencia a necessidade de compreender essas violências como fenômenos institucionais e estruturais, cuja superação depende de transformações que ultrapassam respostas exclusivamente punitivas. Investir em políticas permanentes de prevenção, acolhimento, formação e responsabilização constitui condição indispensável para que as universidades se tornem espaços efetivamente comprometidos com a equidade de gênero e com a valorização da diversidade na produção científica. Esperamos que as narrativas aqui apresentadas contribuam para fortalecer esse debate e para ampliar a visibilidade das experiências de mulheres docentes nas ciências exatas, historicamente invisibilizadas ou naturalizadas no cotidiano acadêmico.

Ouvir essas narrativas constitui não apenas um exercício de pesquisa, mas também um compromisso ético com a produção de universidades mais justas, inclusivas e responsáveis diante das violências que ainda atravessam a carreira científica das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mariléa de. Corporeidades negras em risco: o racismo acadêmico e seus afetos. *Revista Humanidades e Inovação*, [S. l.], v. 7, n. 25, p. 43-50, jan. 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4913>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- ABREU, Waldir Ferreira de; ALMEIDA, Débora Renata Muniz; PEREIRA, Alexandre Adalberto. Premissas-força para se pensar a pesquisa decolonial em educação. *Interritórios*, Caruaru, v. 9, n. 18, e259001, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259001>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/259001>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- BOFFI, Letícia Carolina; OLIVEIRA-SILVA, Ligia Carolina. Enfrentando as estatísticas: estratégias para permanência de mulheres em STEM. Gerais. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 14, n. especial, p. 1-27, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36298/gerais202114e16922>. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 4 jun. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portaria CAPES nº 45, de 29 de janeiro de 2026. *Institui diretrizes e ações para a prevenção e o enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e às violências de gênero contra mulheres e suas interseções, assim como as discriminações decorrentes do racismo, capacitismo, etarismo, LGBTIfobia e outras, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação. Brasília*. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-capes-n-45-de-29-de-janeiro-de-2026-684484541>. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023. *Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública. Brasília*. Brasília, Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/14540.htm. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Violência institucional*. Brasília: MJSP, 2025.

Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/glossario-de-direitos-humanos/outros-tipos-de-violencia?>. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; AMADO, Tina. Estudos sobre Mulher e Educação. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev. 1988. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1179>. Acesso em: 5 jun. 2026.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Maria Conceição da. Ainda Somos Poucas: Exclusão e Invisibilidade na Ciência. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 27, p. 455-459, nov./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/6ZQkZdY4Ccp8xYZFphchT7L/?lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2026.

CUNHA, Emerson José da; SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Interseccionalidade e educação crítica: por uma pedagogia interseccional. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 83, 2025. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2025.84966>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/84966>. Acesso em: 10 jun. 2026.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. 1. ed. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001a.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. 2. ed. Harlow-Essex: Longman, 2001b.

FERRARI, Nathália; MARTELL, Raquel; OKIDO, Daniela; ROMANZINI, Grasielle; MAGNAN, Viviane; BARBOSA, Márcia; BRITO, Carolina. Geographic and gender diversity in the Brazilian Academy of Sciences. In: *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, [S. l.], v. 90, n. 2, p. 2543-2552, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0001-3765201820170107>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/8wVQQNCHBS9MDzyXVrd4Hnt/?lang=en>. Acesso em: 4 jun. 2026.

FREITAS, Maria Ester de; HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. *Assédio moral no trabalho*. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

GAUDENCIO, Eliane Kelli; QUIRINO, Raquel. O efeito tesoura: a participação feminina na pesquisa científica nas áreas de matemática. In: *Anais Seminário Internacional Desfazendo Gênero*. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_10122021201820.pdf. Acesso em: 6 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/28209/16651>. Acesso em 6 jul. 2026.

GUEDES, Rayane Silva; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A presença das mulheres na história da educação no Brasil. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 70, p. 167-189, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.67213>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/67213>. Acesso em: 8 jun. 2026.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Bhuvli Libanio. 27. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2025.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Thays Alves; SILVA, Daniele Costa; NETO, Vamessa. Não há neutralidade: que matemática é essa que utilizamos?. *Revista Educação Matemática Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 5, p. 285-303, 2005. <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2025v27i5p285-303>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/71043>. Acesso em: 4 jun. 2026.

RIBEIRO, Alexandra Ferreira Martins; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023100, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18047>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18047>. Acesso em: 6 jun. 2026.

YANG, Yang; CARROLL, Doris Wright. Gendered microaggressions in science, technology, engineering, and mathematics. *Leadership and Research in Education*, v. 4, n. 1, p. 28-45, 2018. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1174441.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2026.

Submetido em junho de 2026

Aprovado em julho de 2026

Informações das autoras

Debora Marques Santos
Universidade Federal de Alenas
E-mail: deboramarquessantos.pesquisa@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1953-7719>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4326109448379822>

Manuella Carrijo
Universidade de São Paulo
E-mail: manuella.carrijo@usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5879-7652>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6353436161500379>